



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

PARECER JURÍDICO

Objeto: Projeto de Lei Complementar nº 04/2021.

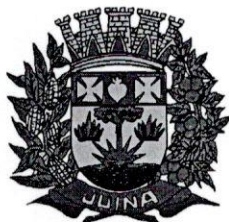
Autor: Poder Executivo Municipal

Ementa: Altera dispositivos e Anexo da Lei Complementar nº 1.399/2012 que dispõe sobre o Plano de Cargos de Carreira e Subsídios dos Profissionais da Educação Básica do Município de Juína/MT, coloca cargo em quadro de extinção e cria o Programa Municipal de Apoio as Atividades Pedagógicas e dá outras providências.

I - DO RELATÓRIO

Foi encaminhado o Projeto de Lei Complementar nº 04/2021 que altera dispositivos e Anexo da Lei Complementar nº 1.399/2012 que dispõe sobre o Plano de Cargos de Carreira e Subsídios dos Profissionais da Educação Básica do Município de Juína/MT, coloca cargo em quadro de extinção e cria o Programa Municipal de Apoio as Atividades Pedagógicas e dá outras providências.

Em suas considerações o autor justifica que o projeto de lei traz as seguintes alterações: 1. Possibilitar os professores exercer 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total das horas-atividades fora das unidades escolares em atividades relacionadas ao processo didático pedagógico; 2. Adequar a legislação para que não restem dúvidas de que os professores possuem 30 (trinta) dias de férias regulamentares e um recesso administrativo de 15 (quinze) dias anuais; 3. Coloca em quadro de extinção o cargo de provimento efetivo de auxiliar pedagógico com jornada semanal de 20 (vinte) horas; 4. Cria o Programa Municipal de Apoio as Atividades Pedagógicas que objetiva repassar uma ajuda de custo financeiras para fins de aquisição de computador portátil novo aos



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

profissionais da educação relacionados como medida de mitigação dos efeitos causados pela pandemia da COVID-19.

É o sucinto relatório.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

II.1 - Da competência e iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição da República e no artigo 14, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

(...)

Art. 14. Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

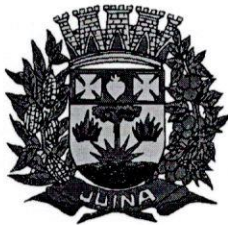
(...)

VI - organizar o quadro e estabelecer regime jurídico único de seus funcionários;

(...)

Assim, resta evidente, que dispor sobre o plano de cargos, carreiras e subsídios dos profissionais da educação básica do município de Juína/MT é matéria de interesse local.

Trata-se de proposição de iniciativa privativa do Executivo Municipal conforme dispõe o artigo 61, §1º, inciso II, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

A competência do prefeito para disciplinar a organização e o funcionamento da administração Municipal é consequência lógica do princípio da separação dos Poderes contemplado no artigo 2º da Constituição Federal que concentra nas mãos do Chefe do Poder Executivo a gestão da máquina municipal, e, por conseguinte, lhe dá os meios que o faça.

II.2- Do conteúdo normativo

II.2.1 - Da ilegalidade da alteração do art. 44 da Lei Complementar Municipal nº 1.399/2012

Como já descrito acima, o presente projeto de lei propõe alterações a Lei Complementar nº 1.399/2012 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Subsídio do Profissionais da Educação Básica do Município de Juína/MT.

Assim, o art. 1º trás alterações ao art. 44, *caput*, que dispõe acerca da horas-atividades desempenhadas pelo professor, possibilitando a realização de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) **fora da unidade escolar em local de livre escolha do servidor.**

De igual modo, a alteração trazida ao §9º do art. 44 diz respeito ao professor com carga horária 20 (vinte) horas (cargo em extinção) a prerrogativa de realizar 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) das horas-atividades **fora da unidade escolar em local de livre escolha do servidor.**

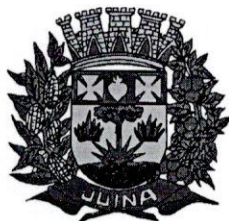
Todavia, verifica-se que as alterações propostas não estão de acordo com o que disciplina o art. 136, inciso IX, da Lei Orgânica do Municipal de Juína/MT na qual vincula que a realização das horas-atividades ao Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e não de livre escolha do servidor, in verbis:

Art. 136. O ensino público municipal será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

IX - A distribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Básica é:





ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

- a) De responsabilidade do Órgão Central da Educação Pública para o Profissional da Educação Básica lotado neste Órgão e em unidade escolar isolada, e deve estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico do Órgão e da Direção das escolas isoladas do município;
- b) De responsabilidade da unidade escolar ou administrativa de sua lotação, e deve estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, em se tratando de unidade escolar com direção própria assim distribuída;
- c) Os docentes com atividades em jornada de 20 (vinte) horas semanais desenvolverão 06 (seis) horas/atividades, dispostas em 02 (duas) horas semanais de HTP (Hora de Trabalho Pedagógico) desenvolvidas no coletivo e 04 (quatro) horas/atividades desenvolvidas em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e assegurada em Regimento Interno.
- d) Os docentes com atividades em jornada de 30 (trinta) horas semanais desenvolverão 10 (dez) horas/atividades, dispostas em 02 (duas) horas semanais de HTP (Hora de Trabalho Pedagógico) desenvolvidas no coletivo e 08 (oito) horas/atividades desenvolvidas em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e assegurada em Regimento Interno.
- e) O Projeto Político Pedagógico das Unidades de Ensino deverá assegurar aos profissionais efetivos e interinos o direito constitucional de acúmulo de cargos públicos nos termos do Artigo 37, inciso XVI, alíneas "a" e "b" da Constituição Federal.

No mesmo diapasão é o que disciplina o art. 42 da Lei Municipal nº 1.399/2012:

Art. 42. A distribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Básica é:

- I - de responsabilidade do Órgão Central da Educação Pública para o Profissional da Educação Básica lotado neste Órgão e em unidade escolar isolada, e deve estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico do Órgão e da Direção das escolas isoladas do município;
- II - de responsabilidade da unidade escolar ou administrativa de sua lotação, e deve estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, em se tratando de unidade escolar com direção própria.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Logo, vê-se que a alteração do art. 44 da Lei Municipal nº 1.399/2012 sofre de ilegalidade, pois está em desacordo com o que dispõe o art. 136, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Juína/MT.

II.2.2 - Da inadequação da espécie de proposição legislativa (art. 6º do Projeto de Lei - Programa Municipal de Apoio as Atividades Pedagógicas)

Como escreve Manoel Gonçalves Ferreira Filho, a elaboração de uma boa lei exige mais do que contar com a melhor informação. É mister dominar a técnica jurídica e seu vocabulário a fim de alcançar a clareza e a precisão indispensáveis para que a regra possa conduzir ao objetivo colimado.

Em razão disso o Art. 59, parágrafo único, da Constituição Federal¹ determinou a criação de lei complementar regulando a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, foi elaborada a Lei Complementar nº 95/1998.

Assim, em respeito ao que disciplina a Lei Complementar nº 95/1998 verifica-se que a inclusão dos Art. 110-A a Art. 110-F foge a boa técnica legislativa, pois a criação do Programa Municipal de Apoio as Atividades Pedagógicas não pertence aos assuntos disciplinados pela Lei Complementar Municipal nº 1.399/2012 (Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios dos Profissionais da Educação Básica do Município de Juína/MT).

Desta forma, como se depreende da redação do Art. 110-A o programa que se pretende implantar é temporário, como medida de mitigação dos efeitos causados pela pandemia do SARS-Cov-2 (Covid-19).

¹ Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Neste diapasão, é o que dispõe o Art. 7º da Lei Complementar nº

95/1998:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Ademais, a matéria tratada no Art. 6º do projeto de lei em análise pode ser regida por lei ordinária, haja vista que segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, somente pode ser usada lei complementar nos casos em que a Constituição Federal expressamente exigiu essa espécie normativa.

Logo, em respeito ao princípio da simetria e ao que foi acima exposto, a Lei Orgânica do Município de Juína/MT em seu Art. 67 disciplina as matérias que serão tratadas em lei complementar:

Art. 67. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros das Câmara Municipal e receberão numeração distinta das leis ordinárias.

Parágrafo único. Serão regulados ou revistos por lei complementar até 31 de dezembro de 1990, entre outros casos previstos nesta lei Orgânica:

I - Sistema Tributário e Financeiro do Município;

II - Organização da Procuradoria Geral do Município;

III - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

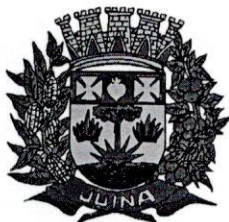
IV - Código Municipal de Saúde;

V - Código Municipal de Defesa do Consumidor;

VI - Códigos de Obras, Edificações e Posturas;

VII - Estatuto do Magistério respectivo Plano de Cargos e Salários;

VIII - Outras leis de caráter estrutural, referidas nesta Lei Orgânica ou incluídas nesta categoria pelo voto prévio da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Cumpre ainda destacar que a inclusão dos Art. 110-A a 110-F trata de matéria totalmente estranha ao que disciplina o TÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, pois o referido título, como o próprio nome já diz, normatiza as situações de transitoriedade de uma norma para outra.

Com isso, a Advocacia da Câmara Municipal de Juína/MT s.m.j., RECOMENDA aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que apresentem uma emenda supressiva ao artigo 6º, 7º, 8º e 9º do Projeto de Lei Complementar em comento e encaminhe um ofício ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que proponha um projeto de lei autônomo, para disciplinar o Programa Municipal de Apoio as Atividades Pedagógicas.

No que tange aos Arts. 3º e 4º do projeto de lei em análise as matérias ali disciplinadas se vinculam unicamente a conveniência e oportunidade, devendo ser analisadas exclusivamente pelos Excelentíssimos Vereadores desta Câmara Municipal.

II.3 - Da tramitação e votação

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de **Legislação, Justiça e Redação** (art. 51, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno), de **Finanças e Orçamento** (art. 51, inciso II, alínea "e", do Regimento Interno) e **Educação, Esporte e Cultura** (art. 51, inciso V, alínea "i", do Regimento Interno).

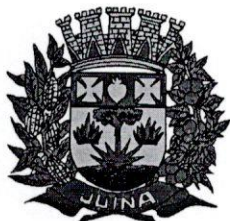
Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a propositura deverá ser votada em dois turnos de discussão e votação.

O *quórum* para aprovação será por maioria absoluta, através de processo de votação simbólico, em conformidade com o art. 67 da Lei Orgânica.

III - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, diante dos aspectos formais que cumpre examinar neste parecer, a Advocacia da Câmara Municipal entende que o

#



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Projeto de Lei Complementar nº 04/2021 não atende integralmente os requisitos legais, conforme detalhado acima, havendo por isso óbices à sua aprovação.

Impende destacar, que a emissão do presente parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos nobres Edis.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Juína/MT, 03 de dezembro de 2021.


Janaína Braga de Almeida Guarienti
OAB/MT 13.701 - PORTARIA Nº 42/2019